



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DOCENTE

COMMON NATIONAL CURRICULUM BASIS AND THE PEDAGOGICAL PRACTICE OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS: A RELATIONSHIP WITH THE PROCESS OF TEACHER SUBJECTIVENESS

LA BASE CURRICULAR COMÚN NACIONAL Y LA PRÁCTICA PEDAGÓGICA DE LOS PROFESORES DE EDUCACIÓN FÍSICA: UNA RELACIÓN CON EL PROCESO DE SUBJETIVIDAD DOCENTE

Janaine Botelho Barros Moitinho¹

e483708

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i8.3708>

PUBLICADO: 08/2023

RESUMO

O sistema de ensino brasileiro há alguns anos vem sendo palco de vários movimentos em busca de novas propostas curriculares para o contexto vigente, com discurso de democratizá-lo e elevar a sua qualidade sem perder de vista a diversidade sociocultural dos estudantes. É nesse cenário que em dezembro de 2017 foi aprovada e homologada a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, por meio da portaria nº 1.570. O presente trabalho visou investigar como o citado documento afetou a prática pedagógica do professor de Educação Física e quais os processos de subjetivações relacionam-se na percepção do currículo. Desse modo esperou-se identificar como os professores de Educação Física ressignificam suas práticas educativas face às proposições do aludido normativo, desvelar as apropriações dos docentes sobre as concepções da área, verificar se o texto normativo permite ao professor a produção de singularidades na sua prática pedagógica e, ainda, averiguar no discurso dos docentes subjetividades em relação ao currículo. À vista disso, há fortes expectativas de se conhecer, no âmbito delimitado, as peculiaridades da aplicação prática da Base Nacional Comum Curricular, a percepção do professor concernente ao conteúdo suscitado, seu entendimento acerca da importância do documento, outrossim, quais eventuais complexidades advindas da aludida convenção normativa. Conclui-se que o normativo afetou e provoca uma modelagem da prática docente, uma vez que o professor, no exercício de suas atividades, sofre diferentes formas de controle que, inexoravelmente, levam a padronizações do trabalho docente em escolas que seguem o currículo nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Base Nacional Comum Curricular. Processo de Subjetivação Docente. Prática Pedagógica.

ABSTRACT

The Brazilian education system has been a stage for several years in search of new curricular proposals for the current context, with a discourse of democratizing it and raising its quality without losing sight of the sociocultural diversity of the students. It is in this scenario that in December 2017 it was approved and homologated to the National Common Curricular Base for Early Childhood Education and Fundamental Education, by means of letter No. 1,570. The present work seeks to investigate how the cited document affects the pedagogical practice of the Physical Education teacher and how the subjective processes are related to the perception of the curriculum. In this way, I hope to identify how Physical Education teachers resignify their educational practices in the face of the aforementioned normative proposals, to reveal the appropriations of teachers about the concepts of the area, to verify whether the normative text allows the teacher to produce singularities in their pedagogical practice And, still, to find out in the discourse of two teachers subjectivities in relation to the curriculum. In view of this, there are strong expectations of knowing, within a limited scope, the peculiarities of the practical application of the National Common Curricular Base, the perception of the teacher concerning the content raised, his understanding of the importance of the document, also, what are the possible eventual complexities arising from aforementioned normative convention. It is concluded that the normative affects and causes a modeling of teaching practice, once the teacher, not exercising his

¹ Especialização em Coordenação Pedagógica pela Faculdade Dom Alberto.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
UMA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DOCENTE
Janaine Botelho Barros Moitinho

activities, undergoes different forms of control that, inexorably, lead to standards of teaching work in schools that follow the national curriculum.

KEYWORDS: *Common National Curriculum Base. Process of Teacher Subjectivation. Pedagogical Practice.*

RESUMEN

Desde hace algunos años, el sistema educativo brasileño es escenario de varios movimientos en busca de nuevas propuestas curriculares para el contexto actual, con el objetivo de democratizarlo y elevar su calidad sin perder de vista la diversidad sociocultural de los estudiantes. Es en este escenario que, en diciembre de 2017, se aprobó y ratificó la Base Curricular Nacional Común para la Educación Inicial y la Educación Básica, a través de la Ordenanza N° 1.570. El presente trabajo tuvo como objetivo investigar cómo el mencionado documento afectó la práctica pedagógica del profesor de Educación Física y qué procesos de subjetivación se relacionan con la percepción del currículo. De esta forma, se esperaba identificar cómo los docentes de Educación Física replantean sus prácticas educativas frente a las proposiciones normativas mencionadas, revelar las apropiaciones de los docentes sobre las concepciones del área, verificar si el texto normativo permite al docente producir singularidades en su práctica pedagógica y, aún, constatar subjetividades en el discurso de los profesores en relación al currículo. Ante ello, existen fuertes expectativas de conocer, dentro del ámbito delimitado, las particularidades de la aplicación práctica de la Base Curricular Común Nacional, la percepción del docente respecto a los contenidos planteados, su comprensión de la importancia del documento, además, qué posibles complejidades derivadas de la citada convención normativa. Se concluye que la normativa afectó y provocó una modelación de la práctica docente, ya que el docente, en el ejercicio de sus actividades, sufre diferentes formas de control que, inexorablemente, conducen a la estandarización del trabajo docente en las escuelas que siguen el currículo nacional.

PALABRAS CLAVE: *Base Curricular Nacional Común. Proceso de Subjetivación Docente. Práctica Pedagógica.*

1 INTRODUÇÃO

O sistema de ensino brasileiro há alguns anos vem sendo palco de vários movimentos em busca de novas propostas curriculares para o contexto vigente, com discurso de democratizá-lo e elevar a sua qualidade sem perder de vista a diversidade sociocultural dos estudantes. É nesse cenário que em dezembro de 2017 foi aprovada e homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, por meio da portaria nº 1.570.

O aludido documento erigiu que a disciplina Educação Física é responsável por desenvolver práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, oferecendo uma série de possibilidades para enriquecer a experiência das crianças, jovens e adultos na Educação Básica, manifestando grande influência sobre o modelo pedagógico docente. Pensar na BNCC sendo colocada em ação nas escolas pelos professores requer pensarmos em uma atividade humana rica de sentidos e significados, pois, no agir humano, o homem realiza atividades internas e externas operando com os significados.

Diante desse cenário, apresento como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) afetou a prática pedagógica do professor de Educação Física e quais processos de subjetivações podem ser formulados através da percepção do currículo?



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
UMA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DOCENTE
Janaine Botelho Barros Moitinho

Para tanto, este estudo teve por objetivo investigar como o citado documento afetou a prática pedagógica do professor de Educação Física e quais os processos de subjetivações relacionam-se na percepção do currículo. Além disso, esperou-se identificar como os professores de Educação Física ressignificam suas práticas educativas face às proposições do aludido normativo, desvelar as apropriações dos docentes sobre as concepções da área, verificar se o texto normativo permite ao professor a produção de singularidades na sua prática pedagógica e, ainda, averiguar no discurso dos docentes subjetividades em relação ao currículo.

Este artigo é uma revisão de bibliografia, elaborado a partir da análise de referenciais teóricos ou fontes bibliográficas. Carvalho (2011), sua função principal é, partindo-se da síntese e da estruturação conceitual, ampliar o entendimento sobre o tema.

Desse modo, o estudo se justifica pelo seu caráter atual, extremamente relevante para a educação, fazendo-se necessário o conhecimento minucioso do texto por trazer mudanças significativas, bem como, investigar como ele se revela nos planos de aulas e diariamente na sala de aula, como o professor o recebe enquanto indivíduo, suas subjetividades e como transmite em sua prática pedagógica, pois, é inegável que a Base Nacional Comum Curricular irá impactar os currículos escolares.

Este estudo se faz uma importante contribuição para a sociedade, para o currículo da disciplina que atuo e para o entendimento docente da sua prática pedagógica frente às muitas inseguranças perante as novas proposições colocadas pela nova BNCC. A pesquisa em tela é fundamental para o crescimento docente como educador, do aluno como ser humano e da comunidade científica como agente organizadora e promotora da ciência.

Nesse cenário, como resultado principal percebeu-se que o normativo Base Nacional Comum Curricular, revela-se inerente às questões da padronização da formação docente, uma vez que o professor, no exercício de suas atividades, é colocado em um universo regido por diferentes formas de controle que, inexoravelmente, levam a padronizações do seu trabalho, ou melhor, daqueles docentes e daquelas escolas que orientam seu trabalho em função, através do currículo único.

Por fim, essa educação por modelagem sufoca o que se denomina como “processos de singularização”, muitas vezes entendidos como subversão, rebeldia e desajuste, quando, a rigor, pode se tratar de uma forma de desvio, de escapatória diante das tentativas de traduzir e subjugar a existência ao domínio do capital.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo, cuja constituição teoricamente prevê equidade, pluralidade, superação de barreiras no ensino educacional brasileiro, bem como, um lugar-comum para que todos os estudantes em nível nacional tenham garantidos os seus direitos de acesso, políticas de permanência e o desenvolvimento de suas competências e habilidades durante as etapas da Educação Básica.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
UMA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DOCENTE
Janaine Botelho Barros Moitinho

O normativo teve sua terceira e última versão homologada em 2017, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e passa a ser obrigatória para a elaboração dos currículos escolares de todo o país. Mas, antes dessa versão final ser elaborada, o documento passou por duas versões anteriores, que tiveram diferentes características nos processos de construção e contaram com diferentes críticas de toda sociedade.

A BNCC tem como objetivo elevar a qualidade do ensino em todo o Brasil, bem como, promover a equidade nos sistemas de ensino, ou seja, promover o direito de aprendizagem de todos os estudantes de todas as unidades da federação, respeitando a autonomia assegurada pela Constituição aos entes federados e às escolas (Brasil, 2017). A Base é uma referência nacional obrigatória, mas não é o currículo. Seu papel será justamente o de orientar a revisão e a elaboração dos currículos nos estados e nos municípios. A Base estabelece os objetivos que se espera que os estudantes venham a atingir, enquanto o currículo define como alcançar esses objetivos. (Brasil, 2017)

2.2 Educação Física e BNCC

É fato que o currículo na área da Educação Física veio se reformulando com o passar do tempo, objetivos que outrora eram pautados na disciplinarização dos corpos e nos hábitos de saúde deram lugar à cultura corporal, conforme é perceptível no documento da nova BNCC e em propostas oficiais de currículos de Educação Básica.

Doravante, a Educação Física passou a questionar seu campo teórico e buscou refletir sobre a sociedade mais ampla com base nos Estudos Culturais, nas Ciências Humanas, ganhando sua inserção no componente das Linguagens. Contextualizada com as questões políticas, econômicas e sociais da sociedade brasileira, a disciplina procura refletir sobre os processos de transformação do âmbito da educação escolar.

Assim, a disciplina oferece muitas possibilidades para enriquecer as experiências dos educandos, contribuindo para o acesso ao universo cultural. Dentro da BNCC cada uma das práticas corporais está alocada em uma das unidades temáticas que será abordada ao longo da Educação Básica. As unidades temáticas são compostas por: brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura. Todas essas unidades temáticas fazem parte da cultura corporal de movimento e precisam ser trabalhadas com os estudantes ao longo do processo escolar, baseiam-se na compreensão de que o caráter lúdico está presente em todas as práticas corporais, ainda que essa não seja a finalidade precípua da Educação Física na escola.

Ao ter acesso às práticas corporais os alunos se apropriam dessas manifestações, assim como, trocam entre si e com a sociedade as representações e os significados que lhes são atribuídos. Por esse motivo, a delimitação das habilidades privilegia oito dimensões de conhecimento: experimentação, uso e apropriação, fruição, reflexão sobre a ação, construção de valores, análise, compreensão e protagonismo comunitário. Não há hierarquia entre essas dimensões, nem ordem para o desenvolvimento destas, “cada uma delas exige diferentes abordagens e graus de complexidade para que se tornem relevantes e significativas” (Brasil, 2017, p. 181).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
UMA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DOCENTE
Janaine Botelho Barros Moitinho

2.3 Base Nacional Comum Curricular e subjetividade

Ao tentar entender essa produção do texto curricular pela nova BNCC, Ipiranga (2011) afirma que o currículo é um documento de identidade e que produz subjetividades durante o processo educacional para nos tornar o que somos. Por isso, o autor esclarece que o currículo está envolvido por questões de poder, afinal, selecionar os conhecimentos e formatar a experiência curricular para produção de determinados sujeitos é uma questão de poder, pois, se privilegia determinado tipo de conhecimento e não outro, assumindo uma identidade/subjetividade a ser alcançada e descarta outras múltiplas possibilidades.

Assim, para Saviani (2016), o currículo é entendido comumente como a relação das disciplinas que compõem um curso ou a relação dos assuntos que constituem uma disciplina, no que ele coincide com o termo programa. Entretanto, no âmbito dos especialistas nessa matéria tem prevalecido a tendência a se considerar o currículo como sendo o conjunto das atividades (incluído o material físico e humano a elas destinado) que se cumprem com vistas a determinado fim. Dessa forma, pode ser considerado o conceito ampliado de currículo, pois, no que toca à escola, abrange todos os elementos a ela relacionados.

Por isso é necessário entender que o currículo é um artefato cultural, ou seja, algo produzido pelo homem, influenciado pelo contexto histórico-social no momento de sua elaboração. Isto é, não se trata de um objeto neutro que apenas retrata uma seleção dos melhores conhecimentos para ser abordado na escola.

O currículo pode ser caracterizado como um modo de subjetivação, porém, é necessário a análise de seus conhecimentos, suas linguagens, suas formas de raciocínio, seus tipos de experiência etc. Corazza (2001). Pois para a autora, “investigar o currículo com prática subjetivadora exige isolar e reconceptualizar uma dimensão específica, derivada desses poderes e saberes, mas que não dependem deles e nem a eles se reduz: a dimensão da subjetividade” (Corazza, 2001, p. 57-58).

O conceito de subjetivação que estará essencialmente proposto para o estudo é o de Guattari (2010, p. 11), em que a subjetivação é plural e polifônica. O princípio de multiplicidade no terreno da subjetividade constitui uma distinção essencial na compreensão identitária, marcada pela unidade “Eu sou Eu”, “Eu sou Eu-Mesmo” na mesmificação da qual a Modernidade vem se ancorando. A multiplicidade ou, como preferimos chamar, Multiplicidade (como multiplicidade de si) é ancorada na diferença como gênese ontológica. Assim, ao invés de uma filosofia da identidade, falamos de uma Filosofia da Diferença.

Uma discussão necessária para a compreensão da subjetivação é o do conceito de dispositivo de Michel Foucault, retomado por Deleuze no livro *Deux régimes de fous* [2003]. Para o filósofo, o dispositivo é antes de tudo um conjunto plurilinear, uma meada composta de linhas de naturezas diferentes, traçando processos em desequilíbrio, variações e derivações. Esses dispositivos têm três dimensões, a saber: Saber, Poder, Subjetivação. Acerca da dimensão da subjetivação, o filósofo Gilles Deleuze (2016) afirma à luz de Foucault que a Subjetividade não é nem um Saber, nem um Poder



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
UMA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DOCENTE
Janaine Botelho Barros Moitinho

(apesar de se ver atravessada por esses vetores), mas sim um processo de subjetivação, que incide sobre grupos ou pessoas, subtraindo do entrelaçar de forças.

No bojo dessa discussão, coloca-se em destaque as muitas tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil que, dentro de um processo de ampliação do controle sobre o trabalho docente, se relacionam à crescente penetração na educação de um ideário produzido no campo empresarial. O professor, no exercício de suas atividades, sofre diferentes formas de controle que, inexoravelmente, levam a padronizações do trabalho docente em escolas que seguem o currículo nacional e as avaliações sistêmicas.

2.4 Subjetividades docente frente a BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica. No entanto, quando se trata da disciplina de Educação Física, a subjetividade da BNCC se torna evidente. Segundo Neira (2018), em seus estudos sobre as incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física esse documento “retrocede política e pedagogicamente”. Destaca também que existem fortes incoerências entre o que ela anuncia e o que efetivamente é posto em prática.

A Educação Física é uma disciplina que envolve o corpo, o movimento e a cultura corporal, e por isso, é natural que haja uma certa subjetividade na sua abordagem. A BNCC estabelece os objetivos de aprendizagem para a disciplina, como a compreensão e valorização das práticas corporais de movimento, a promoção da saúde e do bem-estar, a participação em diferentes modalidades esportivas, entre outros. E por isso, salta aos olhos tanto a incompatibilidade entre o que anuncia e o que efetivamente propõe, quanto o distanciamento dos conhecimentos disponíveis sobre a produção curricular da educação física, conforme Neira (2018). É de forma precipitada a BNCC impõe que os professores de Educação Física pelo Brasil afora devem ensinar, mesmo sem conhecer as crianças, jovens e adultos que lotam as salas de aula, não se sabem como vivem, o que pensam, sabem e fazem.

Nas percepções de Mancebo (2009), as concepções naturalizadas precisam de intervenções para superar aquilo que vem sendo naturalizado, e se tornando práticas individualizantes, que afastam os sujeitos de seu contexto e terminam por responsabilizar o professor, individualmente, pelo sucesso ou fracasso de seu trabalho. Por tudo isso, cabe destacar que a forma como alguns objetivos são alcançados pode variar de acordo com a realidade de cada escola, professor e aluno. A subjetividade se manifesta na escolha dos conteúdos a serem trabalhados, nas metodologias utilizadas, nas atividades propostas e até mesmo na avaliação dos estudantes.

Por exemplo, a BNCC estabelece que os estudantes devem ser capazes de compreender e valorizar as práticas corporais de movimento. Mas quais práticas corporais devem ser abordadas? O professor pode optar por trabalhar diferentes modalidades esportivas, danças, lutas, jogos tradicionais, entre outras possibilidades. A escolha dependerá dos interesses e necessidades dos alunos, da infraestrutura disponível na escola, dos recursos materiais e humanos, entre outros fatores. Mas para



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
UMA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DOCENTE
Janaine Botelho Barros Moitinho

isso requer novas performances para o trabalhador, que vem afetando sua organização, sua dinâmica interpessoal, além de exigir-lhe uma ativa adaptação espaço-temporal (Mancebo, 2009).

A avaliação também é um aspecto subjetivo na Educação Física. A BNCC estabelece que os estudantes devem ser avaliados de forma contínua e formativa, levando em consideração o processo de aprendizagem e não apenas o resultado final. No entanto, a forma como essa avaliação é realizada pode variar de acordo com a visão e prática de cada professor.

Fonseca, Neto e Silva (2020) ao fazerem um estudo de caso sobre A Educação Física no Ensino Médio e a Avaliação Emancipatória, constataram que os professores, na perspectiva da nova orientação, narraram implicações na vida do estudante e da escola e também manifestaram diferentes entendimentos sobre a perspectiva avaliativa em implantação, ademais, expuseram ter inúmeras dúvidas para encarar as mudanças que acompanhavam a referida proposta.

Em seus diálogos sobre essas inconsistências presentes na BNCC, Neira (2018) ressalta que o documento se limita a alguns critérios de progressão do conhecimento, tais como: práticas corporais, as características dos sujeitos e os contextos de atuação, sinalizando tendências de organização dos conhecimentos.

Em estudos realizados por Guimarães e Castro (2020) evidenciaram que as alterações dos conteúdos por ano escolar relativo ao componente curricular de Ciências, mas não somente esta disciplina passou por essa mudança, educação física é outro componente que também precisa de uma mudança do professor com relação a sua atuação.

Para Ferraz (2019), existe um problema muito mais evidente na BNCC, pois ela foi adaptada para atender às demandas globais do sistema capitalista. Tal pensamento expõe que os objetivos atendem as demandas internacionais e o desempenho do país e por isso submete a educação aos ditames mercadológicos. Dessa forma, coloca professores em uma situação desafiadora, visto que estes atuam, muitas vezes, sem estrutura e condições de trabalho adequadas. Com a chegada da BNCC houve uma expectativa de mudança educacional, contudo há um paradoxo impactando professores, gestores e alunos.

Portanto, a subjetividade da BNCC na Educação Física é uma realidade que deve ser considerada pois ela secundariza a ação do professor. Embora ela permita que cada escola e professor tenha a liberdade de adaptar os objetivos e conteúdo da disciplina de acordo com a sua realidade e contexto, garantindo assim uma educação física mais significativa e contextualizada para os estudantes. Há impasses referentes a falta de materiais, estrutura física inadequada, número excessivo de alunos, falta de vontade dos alunos e às vezes até do próprio professor, menosprezo a disciplina, e o não conhecimento da importância da Educação Física no desenvolvimento geral dos alunos.

3 MÉTODO

O presente trabalho, para realizar a reflexão a que se propõe, apoia em uma pesquisa do tipo bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa. Essa abordagem propõe buscar a “relação da



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
UMA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DOCENTE
Janaine Botelho Barros Moitinho

qualidade dos fatos e fenômenos, bem como encontrar na parte a compreensão e a relação com o todo; a interioridade e exterioridade como constitutivas dos fenômenos” (Minayo, 2007, p. 24).

Assim, analisou-se trabalhos acadêmicos que abarcaram o tema referente à prática pedagógica dos professores de educação física: uma relação com o processo de subjetivação docente, trazendo, assim, apontamentos que auxiliem na discussão do referido tema proposto. Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo acerca da BNCC buscando compreender o que as bases documentais propõem para o ensino de Educação Física. Ao utilizar a abordagem qualitativa (Minayo, 2007, p. 57) do tipo de pesquisa documental, o estudo se debruça no documento público da BNCC (etapa do Ensino Fundamental) e especificamente, na disciplina Educação Física que se encontra dentro da área de Linguagens.

Elucidamos o que cada estudo versa de forma introdutória, apoia-se em discursões para refletir sobre a subjetivação de professores e, ainda, sobre a relevância dessa discussão para o campo da educação. Definimos as categorias acerca da Base Nacional Comum Curricular; Educação Física na BNCC, Base Nacional Comum Curricular e Subjetividade; Subjetividade docente frente a BNCC.

4 CONSIDERAÇÕES

Concluiu-se que padronizar o currículo através de um normativo único para o sistema educacional brasileiro, é reduzir as oportunidades educacionais dos estudantes e a autonomia docente. Padronizar o currículo é negar o direito a diferença e desprezar as diversidades culturais.

Portanto, modelar a prática pedagógica docente não é uma solução barata para substituir a soma de investimentos que a educação necessita. Um normativo único para a educação brasileira não inócua para os graves problemas que desafiam o campo educacional.

Pensar a escola e todos que a fazem, em um espaço não apenas por onde se veicula os conhecimentos historicamente produzidos, mas um espaço vivo, de histórias, de desejos (possibilitados ou negados), de encontros, de desencontros, de reencontros, de lutas, de resistências e de conflitos, é um desafio para um currículo padronizado.

REFERÊNCIAS

BECKER, S.; KUNZE, C.; VANCEA, M. Community energy and social entrepreneurship: Addressing purpose, organization and embeddedness of renewable energy projects. **Journal of Cleaner Production**, v. 147, p. 25–36, 2017.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é -o eu não é**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 107.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

FERRAZ, R. D. A BNCC e os desafios aos profissionais da docência: debates necessários. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 7, p. 95-111, 2019.

FERREIRA, L. C. Sustentabilidade: uma abordagem histórica da sustentabilidade. *In*: BRASIL. **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em:

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
UMA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DOCENTE
Janaine Botelho Barros Moitinho

https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf. Acesso em: 14 nov. 2020.

FONSECA, Denise Grosso da. NETO, Vicente Molina; SILVA, Lisandra Oliveira e. A Educação Física no Ensino Médio e a Avaliação Emancipatória: um estudo de caso. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 42, 2020. <https://doi.org/10.1590/rbce.42.2019.193>. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/rbce/a/BrqyvwTxg5ks5QHPWtZ3WLq/?lang=pt#>. Acesso em: 31 jul. 2023.

GUIMARÃES, L. P.; CASTRO, D. L. Visão dos professores de ciências da rede municipal de Barra Mansa, diante dos desafios da base nacional comum curricular (BNCC). **Horizontes: revista de educação**, Dourados, MS, v. 8, n. 15, p. 6-19, 2020. Doi: <https://doi.org/j254>

IPIRANGA, Ana Silva Rocha; GODOY, Arilda Schmidt. Relatório Brundtland. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie** (Online), São Paulo, v. 12, n. 3, jun. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712011000300002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 14 nov. 2020.

MANCEBO, D. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. *In*: BOCK, A.M.M. (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2009. p. 75-92.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 40, n. 3, jul./sep. 2018. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.04.001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/rbce/a/m5NJPS7PQnCCxZZtCsdjsqL/?lang=pt#>. Acesso em: 30 jul. 2023.

OLIVEIRA, N. D. *et al.* Linguagens e Educação Física na BNCC: uma análise a partir das habilidades prescritas. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 43, 2021. <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e004421>. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/rbce/a/cz8LJKcKzRr7yQzSjpQNCsH/#>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ROCHA, Thelma; GOLDSCHMIDT, Andrea (Coords). **Gestão dos Stakeholders**: como gerenciar o relacionamento e a comunicação entre as empresas e seus públicos de interesse. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 1.

SANTOS, F. M. A positive theory of social entrepreneurship. **Journal of Business Ethics**, v. 111, p. 335–351, 2012.